



Necessária maior atenção às necessidades das mulheres no processo do DDR

SEGUNDO O IMD

Notícias, Política, 04.09.2021, Pág. 08, Ed. 31.392

Processo de DDR deve respeitar particularidades das mulheres

O PROCESSO de Desarmamento, Demobilização e Reintegração (DDR) dos elementos residuais da Renamo deve respeitar os interesses específicos das mulheres, segundo o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD).

Dos 5221 guerrilheiros da Renamo previstos para serem abrangidos até ao fim do processo do DDR 257 são mulheres, o que para esta organização da sociedade civil é motivo bastante para ter em consideração esta particularidade.

“Considera-se importante que se tenha em conta uma abordagem com vista a garantir tratamento equilibrado entre homens e mulheres e, desta forma, evitar que uns se

sintam mais vulneráveis que os outros”, afirma o IMD num relatório divulgado há dias em Maputo.

Segundo o relatório, para as mulheres esta vulnerabilidade é agravada pela sua exclusão em processos negociais para a paz e reconciliação, que têm sido predominantemente espaços masculinizados.

Segundo o estudo, uma das evidências do fraco envolvimento das mulheres em processos negociais para a paz é que dos três acordos até aqui assinados para pôr termo ao conflito em nenhum momento aparece como um dos seus signatários uma mulher, quer da parte do Governo, quer da Renamo.

“Contudo, é importante explicar que ao nível do secre-

tariado que apoia o processo da paz nota-se uma presença significativa de mulheres e elas correspondem a 48 por cento do total dos integrantes da equipa, o que é considerado satisfatório e de acordo com o que se considera paridade de género”, pode-se ler no documento.

O mesmo sublinha ainda a importância de se manter a forte presença de mulheres a todos os níveis de implementação do DDR de forma a garantir que os seus interesses estejam a ser acautelados.

Para o IMD, num momento em que se caminha para a conclusão das fases formalmente previstas no processo do DDR, torna-se necessário o desenvolvimento de um plano pós-retorno à vida civil, de

forma a garantir a sustentabilidade da paz a médio e longo prazos.

A sensibilização constante dos cidadãos, a criação de oportunidades inclusivas de desenvolvimento para os ex-guerrilheiros e respectivas famílias, como também as comunidades receptoras e as mais afectadas pelos conflitos, são questões que devem ser seriamente consideradas, de acordo com o IMD.

A organização defende ainda facilidades na obtenção de bolsas de estudo, acesso ao financiamento de projectos de geração de renda, que inclua treinamento em matérias ligadas à gestão, discriminação positiva no acesso às oportunidades de emprego, entre outras iniciativas.